

**HABEAS CORPUS Nº 499.338 - RJ (2019/0077051-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : ALAN MONTEIRO ESPINOSA**  
**ADVOGADO : ALAN MONTEIRO ESPINOSA - RJ091265**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : RAFAEL SILVA DOS SANTOS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário e com pedido de liminar impetrado em favor de **RAFAEL SILVA DOS SANTOS**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O paciente teve a prisão em flagrante, pela suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes e posse irregular de arma de fogo, convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. Artigos 33, §1º, II, e 35, da Lei 11.343/2006, e 12, da Lei 10.826/03. Prisão preventiva decretada em 19/10/2018. Revogação. Substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

1. Não se discute que, a prisão é medida de exceção, a qual se justifica à vista da presença dos requisitos autorizadores previstos em lei, em especial os do artigo 312, do Código de Processo Penal. Se a prisão preventiva foi decretada por decisão devidamente fundada em elementos e circunstâncias do caso concreto, e com base no citado dispositivo legal, não há amparo a sua revogação. Na hipótese, imputa-se à ora paciente, a prática de crimes, em relação aos quais há indícios suficientes de materialidade e autoria, sendo necessária sua custódia cautelar, para garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal., autorizando a decretação da prisão preventiva, não se vislumbrando, portanto, qualquer nulidade na referida decisão, que à evidência, obedeceu ao disposto no inciso IX, do artigo 93, da Constituição Federal, e ao artigo 312, do Código de Processo Penal.

2. Na esteira de entendimento de nossos Tribunais, eventuais condições subjetivas favoráveis ao agente, não comprovadas nos autos, não são suficientes à concessão de liberdade provisória, se presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

3. Paciente que não se enquadra nas hipóteses que autorizam a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, permite a confirmação da custódia cautelar.

4. Eventual discussão a respeito da possibilidade da possibilidade de aplicação da causa de diminuição prevista no artigo 33, § 4º da Lei 11.43/06, é matéria que depende de análise de prova, só podendo ser aferida no momento da sentença.

ORDEM DENEGADA." (e-STJ, fls. 22-23.)

Neste *writ*, o impetrante aponta constrangimento ilegal consistente na

ausência de fundamentação idônea a embasar o decreto preventivo, bem como no excesso de prazo na formação da culpa.

Argumenta que o paciente é primário e de bons antecedentes.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da segregação preventiva e a sua substituição por medidas diversas da prisão.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 126-127).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *mandamus* em decorrência da superveniência de novo título (e-STJ, fls. 135-139).

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração pois, conforme informações prestadas pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Campo dos Goytacazes (RJ), foi proferida sentença condenatória nos autos da Ação Penal n. 0030426-21.2018.8.19.0014 em 4/4/2019.

De acordo com o entendimento da Quinta Turma desta Corte, "a superveniência de sentença de pronúncia ou condenatória não constituirá 'título novo', de modo a prejudicar o conhecimento do *habeas corpus*, se a ela nenhum fundamento novo for acrescentado" (HC 288.176/SP, rel. Ministro NEWTON TRISOTTO, j. 25/11/2014).

No caso, conforme se verifica no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Magistrado sentenciante não reconheceu ao condenado o direito de apelar em liberdade, pois "conforme entendimento jurisprudencial, quando o réu responde o processo na condição de preso desde o início, esta condição deve continuar até o trânsito em julgado da condenação, conforme art. 393, I, do CPP".

Desse modo, a discussão posta acerca do decreto de prisão preventiva do paciente encontra-se superada, pois, configurando a sentença um novo título, necessária a prévia submissão da matéria ao Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator